



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 557037 - PA (2020/0005579-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : PAULO CELSO DA COSTA  
**ADVOGADO** : PAULO CELSO DA COSTA - SP272556  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : PEDRO ANTONIO PEREIRA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de PEDRO ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA contra acórdão proferido pela Segunda Turma de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento da Apelação n. 0000075-37.2004.8.14.0130.

O paciente foi condenado a 2 (dois) anos de reclusão, mais 100 (cem) dias-multa, em razão da prática do crime previsto no art. 171 do Código Penal. Além disso, foi condenado a 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 54, § 2º, inciso V, da Lei n. 9.605/1998, na forma do art. 71 do Código Penal.

O Tribunal de origem declarou extinta a punibilidade do crime de estelionato, mas manteve os demais termos da sentença, por meio de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 43):

*APELAÇÃO PENAL. NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. AUDIÊNCIA DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA. PRECLUSÃO. PRESENÇA DE ADVOGADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ESTELIONATO. PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. CRIME AMBIENTAL. DE POLUIÇÃO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA PENA. INVIABILIDADE.*

*1. A inércia atinente à não impugnação, nas alegações finais, de nulidade quanto à instrução processual, resulta na preclusão, conforme art. 572, II, do CPP. O direito de presença do réu, enquanto consectário da ampla defesa, permite que se oportunize ao réu a possibilidade de presenciar e participar da instrução processual, não obstante, não se trate de direito absoluto, sendo pacífico nos Tribunais Superiores que a presença do réu na audiência de instrução, embora conveniente, não é indispensável para a validade do ato, e, consubstanciando-se em nulidade relativa, necessita para a sua decretação da comprovação de efetivo prejuízo para a defesa e arguição em momento oportuno, o que não ocorreu no caso dos autos. Nulidade não acolhida.*

2. *A pena concretamente fixada e a ausência de recurso do Ministério Público, permitem que se conclua pela extinção da punibilidade do apelante pelo delito de estelionato, conquanto o lapso temporal necessário para tanto tenha, em muito, sido superado pela instrução processual de origem.*
3. *Não há que se falar em ausência de provas aptas a sustentar a condenação pelo crime ambiental quando, o Laudo produzido pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, encartado nos autos, demonstra que sua ocorrência em larga escala, conquanto aponte diversas violações as normas técnicas de manejo dos resíduos sólidos operados na cidade de Ulianópolis, tratando-se de situação material e objetivamente constatada, daí porque eventual regularidade das licenças ambientais da empresa, consubstanciam mero aspecto formal que facilmente, pode ser desconsiderado pela realidade fática.*
4. *A mera referência a impossibilidade constatação de vínculo entre os problemas de saúde suportados pela população e os danos ambientais causados pelas atividades empresariais da empresa condenada, não afasta, por obvio, o fato de que o meio ambiente local foi concretamente prejudicado pela inobservâncias das normas técnicas inerentes ao exercício da atividade empresarial no local, daí por que é inviável que se cogite de absolvição no caso concreto.*
5. *A pena base do recorrente obedeceu aos mandamentos do art. 59 do CP e, dada a existência de legislação específica, do art. 6º da Lei de Crimes Ambientais, inexistindo reparos a serem feitos nesse capítulo da sentença.*

Nesta impetração, a defesa postula a extinção da punibilidade em razão do decurso do prazo prescricional. Argumenta que, entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença, decorreu prazo superior ao previsto no art. 109, III, do Código Penal.

O pedido liminar foi **indeferido** (e-STJ, fls. 57/58).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem, de ofício (e-STJ, fls. 76/79).

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa

nova orientação das Cortes Superiores do país:

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO EM CONCURSO DE PESSOAS E COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DO PACIENTE. MODUS OPERANDI. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinham-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014).*

*II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.*

*[...] Habeas corpus não conhecido. (HC 320.818/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015).*

*HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DO RECURSO CONSTITUCIONAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. DOSIMETRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REGIME INICIAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. 1. O habeas corpus tem uma rica história, constituindo garantia fundamental do cidadão. Ação constitucional que é, não pode ser o writ amesquinhado, mas também não é passível de vulgarização, sob pena de restar descaracterizado como remédio heroico. Contra a denegação de habeas corpus por Tribunal Superior prevê a Constituição Federal remédio jurídico expresso, o recurso ordinário. Diante da dicção do art. 102, II, a, da Constituição da República, a impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla do preceito constitucional. Igualmente, contra o improvimento de recurso ordinário contra a denegação do habeas corpus pelo Superior Tribunal de Justiça, não cabe novo writ ao Supremo Tribunal Federal, o que implicaria retorno à fase anterior. Precedente da Primeira Turma desta Suprema Corte. [...]. (STF, HC n. 113890, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 3/12/2013, DJ 28/2/2014).*

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Conforme já mencionado, o Tribunal *a quo* declarou extinta a punibilidade relativa ao crime previsto no art. 171 do Código Penal, considerando o transcurso de *11 (onze) anos, 09 (nove) meses e 01 (uma) semana, superando, em muito, o lapso prescricional estabelecido* (e-STJ, fl. 45).

O Tribunal de origem deixou de reconhecer a extinção da punibilidade por considerar que o lapso prescricional aplicado é de **doze anos** (e-STJ, fl. 52).

De acordo com os autos, a pena-base foi estabelecida em 3 (três) anos de reclusão e, na segunda etapa, foram aplicadas agravantes no art. 15, inciso II, da Lei n. 9.605/1998, resultando na sanção intermediária de 4 (quatro) anos de reclusão. Por fim, incidiu o acréscimo de 1/3 relativo ao crime continuado, totalizando 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão (e-STJ, fls. 39/40).

Nos termos do enunciado n. 497 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação*.

No mesmo sentido:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA N. 497 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal - CPP. 2. Nos termos da Súmula n. 497/STF, "quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação." No caso em apreço, excluído o aumento relativo à continuidade delitiva (1/3), observo que a pena a ser considerada, para fins de prescrição, é de 2 anos de reclusão. O prazo prescricional é de 4 anos, nos termos do art. 109, V, do Código Penal. - CP 3. Ausentes, no presente feito, os elementos necessários para análise do pedido de reconhecimento da prescrição da pretensão executória - data do trânsito em julgado para o Ministério público e incidentes interruptivos ou suspensivos -, a matéria deve ser levada à apreciação do Juízo de primeiro grau. 4. Embargos declaratórios acolhidos para sanar o vício apontado, sem efeitos modificativos. (EDcl no HC 496.457/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 05/08/2019)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ALEGADA OMISSÃO NA DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL ENTRE OS FATOS E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS.*

*1. Pelo teor do enunciado n. 497 da Súmula deste Tribunal, quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando os acréscimos oriundos do reconhecimento da continuidade delitiva.*

*2. Os fatos ocorreram em 2009, anteriormente, portanto, às mudanças ocorridas na legislação penal pela Lei n. 12.234/2010, de forma que lhes é aplicável a previsão anterior, mais benéfica, do § 2º do art. 110 do Código Penal, segundo a qual a prescrição pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.*

*3. Na espécie, houve a concessão da ordem de ofício, por esta Quinta Turma, para reduzir a pena-base aplicada para 1 ano e 10 meses de reclusão, mais 18 dias-multa, à qual foram acrescidos 2/3, pela continuidade delitiva, resultando em uma pena final de 3 anos e 20 dias de reclusão, mais pagamento de 30 dias-multa. Considerando-se a pena imposta - 1 ano e 10 meses -, excluído o aumento pela continuidade delitiva, a prescrição da pretensão punitiva ocorrerá em 4 anos, a teor do disposto no art. 109, inciso V, do Código Penal, a qual foi implementada, tendo em vista o decurso de 6 anos entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia.*

*3. Embargos de declaração acolhidos para declarar a extinção da pretensão punitiva do paciente, no que se refere ao delito previsto no art. 171, caput, do Código Penal, nos autos da Ação Penal n. 0069669-78.2009.8.26.0050. (EDcl no HC 450.447/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, DJe 19/12/2018)*

Neste caso, a sanção a ser considerada para fins de cálculo da prescrição é de 4 (quatro) anos de reclusão, excluindo o acréscimo de 1/3. O prazo prescricional, portanto, é de **oito anos**, nos termos do art. 109, inciso IV, do Código Penal.

A denúncia foi recebida em 9 de janeiro de 2003 e a sentença condenatória foi prolatada em 16 de outubro de 2014 (e-STJ, fl.52). Portanto, entre esses marcos interruptivos transcorreu prazo superior ao estabelecido no dispositivo acima citado, impondo-se a declaração de prescrição da pretensão punitiva.

Ante o exposto, **não conheço** deste *habeas corpus*, nos termos do art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior de Justiça. Contudo, de ofício, **concedo a ordem**, para declarar extinta a punibilidade do paciente em razão do crime previsto no art. 54, § 2º, inciso V, da Lei n. 9.605/1998, nos autos da Ação Penal n. 0000075-37.2004.8.14.0130.

Intimem-se

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca  
Relator